

# NOTÍCIAS CNTV



## Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 12/02/2015 - Edição 1217

# Sindicato dos Vigilantes de Rondônia convoca assembleia com possibilidade de paralisação



Assembleia nesta sexta vai deliberar sobre contraproposta apresentada pelo patronal. Há possibilidade de paralisação das atividades

Após três rodadas de negociação e ainda sem acordo, o Sindicato dos Vigilantes de Rondônia (Sintsv-RO) convoca todos os vigilantes para assembleia geral amanhã (13) para deliberar sobre a contraproposta apresentada pelos patrões e uma possível paralisação. Em reunião realizada na segunda-feira

(9), os empresários rejeitaram o reajuste salarial de 2% de ganho real e R\$ 18,18 de auxílio alimentação.

A assembleia será realizada na sede do Sintsv-RO (Rua Emídio Alves Feitosa, nº 1.778, Bairro Agenor Martins de Carvalho, Porto Velho RO) às 8h em primeira e 8h30 em segunda convocação. À noite os horários são 19h e

19h30. No mesmo dia, haverá uma reunião na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) com o intuito de avançar nas negociações. A entidade convoca também para uma manifestação em frente à DRT logo após a assembleia que será convocada para a parte da manhã.

Fonte: CNTV

# Vigilantes de Sorocaba (SP) cruzam os braços por atraso de salários

Cerca de 180 vigilantes que atuam nas agências da Previdência Social de Sorocaba e cidades da região ficaram de braços cruzados durante toda a manhã de segunda-feira (10). A paralisação foi em protesto pelos frequentes atrasos nos pagamentos por parte da ESC Fonseccas Segurança Eireli, de São Paulo. Além do salário atrasado desde o dia 6 de fevereiro, os funcionários da empresa terceirizada denunciam o desconto em folha e não recolhimento da contribuição do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o Sindicato dos Vigilantes de Sorocaba e Região, a empresa alega não ter recebido da Previdência. A gerência executiva do INSS esclareceu que a greve não afetou o atendimento e que pretendia repassar à empresa, ainda ontem, a verba referente aos serviços prestados, de forma a encerrar o protesto.

A vigilante Marinalva Santos trabalha na empresa há dois anos, tendo atuado nas duas agências do INSS de Sorocaba, Itavuvu e Centro. Ela conta que a terceirizada já chegou a atrasar até quinze dias o pagamento dos funcionários. “O pagamento deve cair no quinto dia útil, mas todo mês eles atrasam. Em janeiro recebemos dia 23”, reclama. A empresa também não fornece uniforme aos vigilantes, conta João Aparecido Ribeiro Alves. “Só dão a camiseta, mas a calça e o calçado a gente que compra.” Alguns materiais como cartão de ponto e exame médico periódico também são bancados pelos funcionários, denuncia. A retenção de certificados de cursos de reciclagens é outra irregularidade apontada. Há alguns meses os vigilantes afirmam ter descoberto que a ESC desconta e não repassa corretamente a contribuição do



Contra os frequentes atrasos, vigilantes paralisaram as atividades. Foto: Luiz Setti

INSS.

“E se a gente ficar doente como fica?”, questiona Alves. O vigilante Rodnei Fernandes conta que a mesma empresa presta serviços de vigilância no posto da Defensoria Pública. “Já trabalhei lá e nunca atrasam o pagamento. Lá é tudo em dia e aqui é assim”, compara. Bartolomeu Manette, diretor do sindicato, afirma que até então a diretoria não sabia de outras irregularidades que não a do atraso dos salários e da contribuição do INSS não recolhida pela ESC. “Estamos sabendo agora dos cartões de ponto”, justificou.

A paralisação teve a adesão de profissionais que atuam nas agências de Sorocaba (dez vigilantes na unidade Centro e sete na Itavuvu), Votorantim, São

Roque, Itu, Itapetininga, Itapeva, Salto, Porto Feliz, Tatuí, Piedade, Pilar do Sul, Capão Bonito e Itararé. Além do controle de acesso de segurados e funcionários, os vigilantes oferecem segurança aos profissionais durante as perícias médicas. A reportagem tentou contato com a ESC, por meio de dois números de telefones diferentes, da capital, mas não obteve êxito.

Por meio da assessoria de comunicação, a gerência executiva de Sorocaba informou que em relação ao não repasse de contribuições previdenciárias por parte da Fonseccas Segurança, “o INSS está apurando essa situação e tomará as medidas necessárias caso isso se confirme”.

Fonte: Cruzeiro do Sul



# Polícia Federal marca 104ª reunião da CCASP para dia 4 de março

A Polícia Federal (PF) marcou a realização da 104ª reunião da Comissão Consultiva para Assuntos da Segurança Privada (CCASP) para o próximo dia 4 de março, às 9h, em Brasília. Estarão em julgamento os processos movidos contra bancos, empresas de vigilância, transporte de valores e centros de formação de vigilantes, em razão do descumprimento da lei federal nº 7.102/83 e das normas da PF.

Essa será a primeira reunião em 2015. A CCASP é um fórum consultivo, que conta com representações do governo,

bancários, através da Contraf-CUT, Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e entidades patronais, como a Febraban.

Os processos contra bancos são abertos pelas delegacias estaduais da Polícia Federal (Delesp) por ocasião da fiscalização anual do plano de segurança dos estabelecimentos bancários, bem como a partir de denúncias de irregularidades que podem ser também encaminhadas pelas entidades sindicais.

“Continuamos orientando os sindicatos e as federações de bancários a verificar se a

legislação federal de segurança está sendo cumprida ou não nas agências e postos de atendimento bancário. Caso negativo, as entidades devem encaminhar denúncias por escrito para a Delesp mais próxima, pedindo fiscalização para que as normas de segurança sejam respeitadas, como forma de proteger a vida de trabalhadores e clientes”, reafirma o secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, Ademir Wiederkehr.

Fonte: Contraf-CUT

## Órgão Especial reitera condenações de entes públicos em processos sobre terceirização

O Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho julgou, nesta segunda-feira, 20 processos em que entes públicos foram condenados subsidiariamente ao pagamento

de verbas trabalhistas em ações movidas por trabalhadores terceirizados. Por unanimidade, o Órgão Especial negou provimento a agravos contra a condenação e determinou a

baixa dos processos à primeira instância, para que se determine a execução da sentença.

A decisão seguiu proposta do relator, ministro Ives Gandra Martins Filho, vice-presidente do TST, que anteriormente, em decisão monocrática, negara seguimento a recursos extraordinários pelos quais os entes públicos pretendiam levar a discussão ao Supremo Tribunal Federal. Responsável pelo exame de admissibilidade dos recursos extraordinários, o ministro negou-lhes seguimento com base no entendimento do próprio STF, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 16, de que o artigo 71 da Lei 8.666/94 (Lei das Licitações)



Órgão Especial responsabilizou entes públicos em razão de sua comprovada culpa

afasta a responsabilidade do ente público pelos débitos trabalhistas de seus contratados, mas não impede sua condenação subsidiária nas causas em que for comprovada a culpa na escolha dos prestadores de serviço (culpa in elegendo) e na fiscalização dos contratos (culpa in vigilando).

Como em todos os casos julgados na sessão de hoje do Órgão Especial os entes públicos foram expressamente responsabilizados em razão de sua comprovada culpa, o entendimento foi o de que a condenação está de acordo com diversos precedentes do STF, tanto na ADC 16 quanto em reclamações constitucionais posteriores.

### Responsabilidade x culpa

A responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviço teve repercussão geral reconhecida pelo STF (Tema 246 da Tabela de Repercussão Geral do STF). Com isso, até o julgamento do mérito da matéria, os processos

que tratam sobre o tema ficam sobrestados em todas as instâncias do Judiciário.

Ao tomar a iniciativa de levar os casos ao Órgão Especial, o ministro Ives assinalou o grande número de processos sobrestados no TST sobre a matéria. Contudo, ele observou que a ADC 16 foi julgada depois do reconhecimento da repercussão geral - e o STF, em diversas decisões, fixou a possibilidade da responsabilização no caso de culpa.

“Estávamos sobrestando todos os processos, até que o STF deu a sinalização de que não seria o caso de sobrestamento quando a culpa houvesse sido especificamente registrada”, explicou. “Nesses casos, não haveria inconstitucionalidade ou aplicação equivocada do artigo 71 da Lei 8666/94 (Lei das Licitações)”.

### Impacto

Seguindo o fundamento do relator, a decisão do Órgão Especial significa que todos os processos sobre responsabilidade subsidiária que estavam sobrestados e nos

quais ficou registrada a culpa da Administração Pública não se enquadram no Tema 246 do STF.

Com isso, o vice-presidente pretende fazer uma triagem e determinar o dessobrestamento de todos os processos em que a condenação trouxer explícita a culpa do ente público, negando-lhes seguimento e determinando seu retorno à origem. “A decisão do Órgão Especial terá impacto direto para os trabalhadores que aguardam por uma decisão em processos que estão há anos em tramitação”.

Caso as partes insistam e interponham agravo, poderá ser aplicada a multa de 1% a 10% do valor da causa prevista no artigo 557, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil (CPC) para agravos manifestamente inadmissíveis ou infundados. “A medida é importante para que as partes não ingressem mais ou recursos extraordinários ou agravos que atrasam a solução dos processos”, explica o vice-presidente.

Fonte: TST

# Horário de Funcionamento da CNTV no feriado de Carnaval



Devido ao feriado de carnaval (17) e quarta-feira de cinzas (18), a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) estará fechada de segunda a quarta-feira (16 a 18), retornando às atividades na quinta-feira (19), às 8h.

Fonte: CNTV



#### Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV  
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos  
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz  
Jornalista: Pricilla Beine  
Projeto gráfico: Anibal Bispo  
Diagramação: Joanna Alves



site: [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)  
email: [cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)  
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11  
CEP: 73300-000 Brasília-DF